

5 de setembro: Dia do Oficial de Justiça



Você, alguma vez na sua vida, já esteve no seu fusquinha 65 azul, subindo algo que poderia jurar tratar-se de um morro, embora seu guia rodoviário lhe informasse ser a Estrada da Vovó Carolina?

Parou algum dia seu carro para indagar do caboclo – parado à porta do próprio barraco – que rua, bairro, cidade, planeta era aquele, para descobrir que nem ele sabia?

Já enfrentou, porventura, meia dúzia de cães sanguinários munido apenas de uma pasta; foi atendido por um empregado mal encarado te radiografando do lado errado de uma carabina; suportou com paciência de monge chinês ataques – justificáveis ou não – de fúria, de choro, de stress, de histerismo, simples descontrole alcoólico, tudo agravado com a responsabilidade de não se envolver emocionalmente?

Se respondeu sim a mais do que duas dessas perguntas, parabéns, você é um colega oficial de justiça, ou Analista Judiciário Função Comissionada Executante de Mandados – como quer o legislador – e estas linhas são endereçadas a você.

Quem está há muito tempo na profissão – exagerando, meio que um sacerdócio – pode dizer que já viu de tudo. Portanto, reúne condições de escrever não um, mas vários livros.

Somos do Judiciário a materialização do Estado que o cidadão mais humilde toma conhecimento, uma vez que os mais abonados financeiramente em geral têm todo um aparato que filtra ao máximo a ingerência do Estado em suas vidas.

O juiz decide e nós é que levamos a má nova para ele – mesmo porque, se fosse boa nova, certamente o advogado faria questão de informá-lo pessoalmente, o que todos podemos compreender.

Assim, dizemos que aquele processo em que ele depositava suas escassas esperanças resultou improcedente. E, após verter isso em português básico, explicamos: isso mesmo, o senhor perdeu e ainda vai ter de pagar as custas – aqui entra um curso acelerado de Princípios do Direito do Trabalho básico para iniciantes, ou Direito Constitucional, ou Teoria do Estado, conforme a necessidade e o gosto do freguês.

Como dizia um professor, a melhor notícia que um oficial de justiça traz é a de que você será testemunha em algum processo e, não comparecendo, pagará multa e terá a companhia nem sempre simpática de alguns policiais.

Somos, assim, os arautos das notícias ruins, conseqüentemente, não podemos ser muito amados pelo público em geral, que nos identifica inclusive com estereótipos ligados à corrupção.

Contudo, não precisamos nos encaixar nos estereótipos, temos o direito – sem falar nessa coisa chata e fora de moda, o dever – de manter nossa consciência tranqüila, o que no mínimo economiza bastante dinheiro em remédios para dormir.

Somos, ao mesmo tempo, trabalhadores que deixam em casa pessoas que nos amam e se preocupam com os lugares inóspitos que freqüentamos, com os assaltos, os acidentes de trânsito que evitamos, com os ânimos exaltados daqueles que encontramos todos os dias.

E mais, somos, enfim, como termômetros humanos: da economia, dos planos econômicos dos governos, do desempre-

go, da reação ao aumento da carga tributária; sentimos tudo isso na pele, antes mesmo de os indicadores oficiais colherem seus dados, à medida que adentramos os lares e classificamos seu grau de miserabilidade (que temos de agradecer, no Brasil é apenas material, raras vezes espiritual) e presenciamos também a compreensível falta de entusiasmo do empresário em contratar num país em que as regras do jogo mudam a todo momento.

Junto ainda que, dos livros que poderíamos escrever, constam em lugar especial os de auto-ajuda, afinal todos sabemos que procurar usar de gentileza no trânsito; ouvir mais que falar; rir de tudo, inclusive de nós mesmos é o que nos mantém vivos, muitas vezes.

Contudo, ainda nos sentimos meio que separados dos outros trabalhadores do Judiciário, vez que nossa rotina é para dizer bonitinho – “sui generis”, e para quem olha de fora parece uma vida ideal.

Numa auto-análise, talvez seja nossa responsabilidade esclarecer a estes colegas como é nosso dia-a-dia e ouvir o lado deles – o qual quem já teve a vivência de trabalho em repartição tem uma idéia.

Talvez assim nos congracemos – que lindo – e possamos lutar como uma categoria que somos, queiramos ou não já que o Estado – não o Judiciário – nos enxerga assim, como um grande bloco indefinido que realiza a tarefa maior, o bem supremo de arrecadar.

Sabemos que colegas acabam desenvolvendo algum tipo de fobia, síndrome do pânico e outras doenças – que de novas só têm a denominação –, uma vez que seres humanos submetidos a stress semelhante ao inerente à nossa rotina podem ser encontrados fossilizados em museus pelo mundo, sem ter tido o grato prazer de ao menos uma consulta psicológica – porém estes mesmo colegas têm de saber que não estão sozinhos, que os que lutam por uma melhoria para a categoria como um todo também lutam por eles, independentemente de partido ou chapa de sindicato.

Vale ainda lembrar que, quando nos reunimos nos sindicatos ou nas associações, – deixando filhos e responsabilidades em casa – estamos também socializando, trocando essas experiências que vão de trágicas à cômicas – muitas vezes no mesmo dia de

trabalho de um único indivíduo.

Desnecessário explicar – afinal, somos considerados a elite pensante do país, por sermos portadores de grau universitário – que as atividades físicas ajudam muito na luta contra o estresse; logo, pare de reclamar e venha dançar. A propósito, o sindicato (Sintrajud/SP) oferece um ótimo curso de dança de salão aos sábados, gratuito para os associados.

Em última análise, temos de nos orgulhar da nossa profissão, que traz a efetiva executoriedade ao direito deferido pelo juiz, exceto que lutamos a cada dia para que essa efetividade seja realmente alcançada, com os instrumentos que a tecnologia nos disponibiliza, a exemplo da penhora on line.

Pode ser que daqui a alguns anos essa mesma tecnologia nos torne a todos dispensáveis, como função, e sejamos substituídos por oficiais de justiça virtuais; contudo, na área do Direito, qualquer profissional que não se recicla se torna mesmo obsoleto.

No entanto, enquanto isso não acontece, cabe a nós utilizar nosso conhecimento extremamente especializado para servir ao cidadão da melhor forma que pudermos, trazendo, assim, as bonitas teorias do Direito o mais próximo possível da realidade sensível do destinatário do provimento jurisdicional, na medida de nossa própria limitação material.

Finalizando, como dizia outro professor meu, “é mais fácil as pessoas mudarem de móveis do que de idéia”, o que significa, na área que estuda o comportamento das pessoas em sociedade através da História, que mudanças consideradas súbitas são contabilizadas em grupos de cem anos.

Portanto em vez de tentar mudar a cabeça de todos, vamos mudar a nossa; afinal, dia cinco de setembro é nosso dia, comemore a vida, esqueça os prazos, encontre os amigos, vá namorar – porque, na verdade, nosso próprio prazo como seres humanos (ou data de validade, como diriam alguns) também se esgota.

Texto de Maria Francisca Lopes Rueda

Oficial de Justiça Avaliadora

da Vara do Trabalho de Ribeirão Pires/SP, aprovado no Encontro do Coletivo de Oficiais de Justiça da Fenajufe (4/9/05, em Brasília)

REUNIÃO AMPLIADA DE OFICIAIS DE JUSTIÇA

Dia 16 de setembro, às 15h, na sede do Sintrajufe

PAUTA:

Mobilização pelo PCS

Discussão do texto final enviado ao Congresso

Na próxima edição do T-Liga, serão relatados os principais pontos discutidos no III Encontro do Coletivo Nacional dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais da Fenajufe (Cojaf), ocorrido em 4/9, na sede da Fenajufe, em Brasília. O encontro foi aprovado pela diretoria da Federação em reunião no dia 11 de agosto.

Também divulgaremos os resultados do 8º Encontro Nacional dos Ojaf, promovido pela Fenassojaf, em Maceió/AL, entre os dias 6 e 11 de setembro. O evento encontrava-se em andamento quando do fechamento desta edição. As informações também constarão no link dos Ojafs na página do Sintrajufe na internet.